



Demonstrações Financeiras 2025



COMPLEXO
pequeno
PRÍNCIPE



Índice

Mensagem da diretoria **4**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis **6**

Demonstrações contábeis **9**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis **14**
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025



Mensagem do CEO

GRI 2-22

Excelência como escolha diária

Ser reconhecido como “de excelência” em saúde pediátrica em um cenário de restrições financeiras e estruturais é um desafio composto por decisões diárias e boas escolhas estratégicas na percepção de longo prazo. É ter energia para escolher continuar investindo em crianças que dependem do SUS, formar profissionais que fortalecem todo o sistema de saúde e avançar em pesquisas que transformam ciência em esperança. Essa trajetória de posicionamentos consistentes se traduziu, em 2025, em importantes reconhecimentos, que reafirmaram o Complexo Pequeno Príncipe como referência nacional e internacional na assistência, no ensino e na pesquisa.

Alcançamos a 70.^a posição no *ranking* mundial da revista *Newsweek*, consolidando-nos como o melhor hospital exclusivamente pediátrico da América Latina. Também fomos reconhecidos como Hospital de Excelência pelo Ministério da Saúde, reforçando nosso papel estratégico no fortalecimento do SUS e da pediatria de alta complexidade no Brasil.



No campo da pesquisa, o Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia Aplicada à Saúde da Criança e do Adolescente, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe em parceria com a

Faculdades Pequeno Príncipe, alcançou a nota 6 da Capes (em uma escala que vai até 7), um resultado que reafirma a relevância científica e o impacto do conhecimento produzido em nossa instituição. Também fomos reconhecidos no Prêmio Finep de Inovação na Região Sul, vencendo na categoria de Projeto de Pesquisa Liderado por Mulher, valorizando a contribuição fundamental das mulheres que construíram e seguem fortalecendo a história do Pequeno Príncipe na ciência.

No ensino, celebramos o desempenho dos alunos de Medicina, que conquistaram nota máxima (5) no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), demonstrando a qualidade da formação oferecida às novas gerações de profissionais da saúde. Dentre as faculdades privadas de Medicina, fomos a melhor da Região Sul do Brasil. Além disso, todos os cursos de graduação da Faculdades Pequeno Príncipe são reconhecidos com a nota máxima do MEC, ratificando nosso compromisso permanente com a excelência acadêmica e a humanização do cuidado.

Esses avanços acontecem em paralelo a uma realidade que seguimos enfrentando com responsabilidade social e transparência. Em 2025, 76% dos atendimentos foram disponibilizados aos pacientes do SUS, conforme critérios do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), reafirmando nossa missão pública e nosso compromisso com a infância brasileira. Ao mesmo tempo, o déficit da assistência hospitalar encerrou o ano em cerca de R\$ 50 milhões, refletindo a complexidade de sustentar uma estrutura de alta especialização em um contexto de subfinanciamento histórico da saúde.



Ao longo do ano, mantivemos uma busca permanente por eficiência operacional e produtividade, com melhorias em diferentes áreas, avanços em farmacoconomia, *performance* ambiental e esforços institucionais para fortalecer receitas e racionalizar custos. Cada iniciativa representa não apenas gestão, mas cuidado: porque cada recurso bem-aplicado se traduz em mais oportunidades de vida.

Também seguimos ampliando horizontes. Projetos como a telemedicina, ainda com enorme potencial de expansão, o Multiplica PP® e a construção do Pequeno Príncipe Norte apontam para um futuro em que inovação, estruturas contemporâneas, sustentabilidade e impacto social caminham juntos, ampliando nossa capacidade de atender e compartilhar conhecimento com outras regiões do país.

Nada disso seria possível sem equipes internas excepcionais e a confiança e o apoio de parceiros, voluntários, investidores sociais e doadores que caminham conosco. O Pequeno Príncipe é uma obra coletiva, construída todos os dias por pessoas e instituições que acreditam que a infância deve ser prioridade absoluta.

A todos que fazem parte dessa história, deixamos aqui nosso mais profundo agradecimento.

Com respeito e gratidão,

José Álvaro da Silva Carneiro

CEO do Complexo Pequeno Príncipe



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores, mantenedores e Conselho de Administração da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Curitiba/PR

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Iguaçu, 100, Rebouças
Curitiba, Paraná, Brasil
Telefone: +55 (41) 3222-8432
www.grantthornton.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro (entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a interpretação técnica aplicável às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade — e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 2.1, em decorrência de erro identificado na aplicação de práticas contábeis relacionadas ao reconhecimento de receitas de subvenções governamentais, os valores correspondentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados como previsto pela norma NBC TG 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a interpretação técnica aplicável às entidades sem fins lucrativos, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais manter-se em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 10 de abril de 2026.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-008.839/F-9

Marcello Palamartchuk
Contador CRC IPR-049.038/O-9

Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.455	24.191	23.345
Aplicações financeiras	5	99.159	66.841	90.848
Contas a receber de clientes	6	35.335	29.127	26.792
Recursos de convênios a realizar	7	101.400	66.853	64.531
Estoques	8	9.351	10.411	7.718
Outros créditos	9	14.794	5.788	9.731
Total do ativo circulante		281.494	203.211	222.965
Ativo não circulante				
Aplicações financeiras	5	43.004	49.590	-
Outros créditos	9	-	7.520	479
Investimentos	10	729	704	702
Direito de uso	11.1	16.541	18.660	3.041
Imobilizado	12	241.886	201.743	169.962
Intangível	-	749	178	211
Total do ativo não circulante		302.909	278.395	174.395
Total do ativo		584.403	481.606	397.360

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Passivo circulante				
Fornecedores	13	23.913	24.096	16.177
Empréstimos bancários	14	9.513	7.209	27.035
Obrigações sociais	15	32.619	30.408	28.500
Obrigações fiscais	16	3.660	2.945	3.342
Recursos de subvenções a executar	7	107.228	71.270	67.297
Passivo de arrendamento	11.2	4.071	3.233	3.354
Receitas antecipadas	-	105	553	620
Outras obrigações	-	4.822	3.617	2.943
Total do passivo circulante		185.931	143.331	149.268
Passivo não circulante				
Empréstimos bancários	14	6.677	13.155	18.265
Obrigações fiscais	16	4.584	4.701	4.852
Recursos de subvenções a executar	7	42.366	32.099	23.017
Passivo de arrendamento	11.2	13.138	15.427	-
Receitas antecipadas	17	940	105	658
Provisões para contingências	18	17.732	17.793	18.074
Total do passivo não circulante		85.437	83.280	64.866
Patrimônio líquido				
Patrimônio social		217.480	172.126	148.328
Ajuste de avaliação patrimonial		37.515	37.998	38.481
Superávit à disposição da Assembleia		58.040	44.871	(3.583)
Total do patrimônio líquido	19	313.035	254.995	183.226
Total do passivo e patrimônio líquido		584.403	481.606	397.360

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Receitas da área de saúde				
Sistema Único de Saúde (SUS)	20.1	110.831	138.175	83.270
Convênios	-	177.357	170.683	149.067
Particulares	-	11.085	10.965	13.831
Receitas da área de educação		118.911	103.799	88.308
Mensalidades	-	116.654	101.899	86.745
Outras receitas	-	2.257	1.900	1.563
Utilização de recursos captados	20.2	80.397	73.552	75.150
Subvenções sociais	-	37.570	35.325	36.186
Campanhas iniciativa privada	-	42.827	38.227	38.964
(-) Deduções da receita		(32.298)	(35.616)	(30.149)
Glosas de convênios	21	(5.368)	(10.500)	(8.231)
Gratuidades concedidas	26.2	(21.053)	(18.750)	(16.245)
Bolsas de estudo	26.2	(5.877)	(6.366)	(5.673)
Receita operacional líquida	20	466.283	461.558	379.477
(-) Custo dos serviços prestados	22	(329.378)	(302.151)	(284.925)
Custo da área de saúde		(272.005)	(251.774)	(245.334)
Custo da área de educação		(42.618)	(36.710)	(26.443)
Custo da área de pesquisa		(14.755)	(13.667)	(13.148)
Superávit bruto		136.905	159.407	94.552
Despesas operacionais		(99.030)	(96.959)	(89.414)
Despesas com pessoal	23.1	(53.905)	(48.114)	(43.584)
Despesas administrativas gerais	23.2	(51.544)	(55.196)	(49.117)
Despesas com impostos e contribuições	27	(93.830)	(83.783)	(66.241)
Isenções usufruídas	27	93.830	83.783	66.241
Outras receitas/(despesas)	23.3	6.419	6.351	3.287
Superávit antes das receitas e despesas financeiras		37.875	62.448	5.318
Receitas financeiras	24	24.204	15.359	12.970
Despesas financeiras	24	(4.039)	(6.038)	(7.859)
Superávit do exercício		58.040	71.769	10.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit/ (déficit) acumulados	Superávit à disposição da Assembleia Geral	Patrimônio líquido total
Em 31 de dezembro de 2022	148.328	38.964	-	4.662	191.954
Realização do custo atribuído	-	(483)	483	-	-
Superávit do exercício	-	-	10.249	-	10.249
Superávit à disposição da Assembleia Geral para destinação	-	-	(10.732)	10.732	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(18.977)	(18.977)
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	148.328	38.481	-	(3.583)	183.226
Realização do custo atribuído	-	(483)	483	-	-
Incorporação do superávit ao patrimônio social	23.798	-	-	(23.798)	-
Superávit do exercício	-	-	71.769	-	71.769
Superávit à disposição da Assembleia Geral para destinação	-	-	(72.252)	72.252	-
Em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	172.126	37.998	-	44.871	254.995
Realização do custo atribuído	-	(483)	483	-	-
Incorporação do superávit ao patrimônio social	45.354	-	-	(45.354)	-
Superávit do exercício	-	-	58.040	-	58.040
Superávit à disposição da Assembleia Geral para destinação	-	-	(58.523)	58.523	-
Em 31 de dezembro de 2025	217.480	37.515	-	58.040	313.035

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Demonstração dos fluxos de caixa — método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Superávit do exercício	58.040	71.769	10.249
Ajustados por			
Depreciação e amortização	13.695	13.231	12.235
Depreciação de direitos de uso	4.215	3.041	3.231
Juros passivos de arrendamento	1.263	124	364
Valor da baixa do ativo imobilizado/intangível	153	2.139	4.811
Provisões para contingências	(61)	(281)	(498)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(592)	-	33
Juros sobre empréstimos bancários	1.230	4.545	-
Superávit do exercício ajustado	77.943	94.568	30.425
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	(5.616)	(2.335)	(4.539)
Estoques	1.060	(2.693)	2.547
Recursos de convênios a realizar	(34.547)	(2.322)	7.027
Outros créditos	(1.486)	(3.098)	(3.034)
Fornecedores	(183)	7.919	872
Obrigações sociais	2.211	1.908	3.714
Obrigações fiscais	598	(548)	1.149
Recursos de subvenções a realizar	46.225	13.055	1.118
Receitas antecipadas	387	(620)	(620)
Outras obrigações	1.205	674	(997)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	87.797	106.508	37.662
Das atividades de investimento			
Operações com aplicações financeiras	(25.732)	(25.583)	(15.659)
Adições de ativo imobilizado e intangível	(54.562)	(47.118)	(33.138)
Adições em investimentos	(25)	(2)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(80.319)	(72.703)	(48.797)
Das atividades de financiamento			
Operações com empréstimos bancários	(5.404)	(29.481)	19.555
Pagamento de arrendamento	(4.810)	(3.478)	(3.762)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	(10.214)	(32.959)	15.793
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(2.736)	846	4.658
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.191	23.345	18.687
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.455	24.191	23.345

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública, e está registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n.º 76.591.569/0001-30. Está sediada na cidade de Curitiba (PR), Av. Iguaçu, n.º 1.472, Água Verde, fundada em 18 de agosto de 1956, destinada a promover a assistência em saúde a crianças e adolescentes com idades de 0 a 18 anos, por meio da assistência, do ensino e da pesquisa e ainda da assistência social beneficente, promovendo a oferta desses serviços de forma a cumprir as regras que classificam a instituição como filantrópica e, dessa forma, isentando-a de tributos.

Cabe ressaltar que na prestação de serviços de assistência em saúde a organização oferece até 70% de sua força de trabalho ao SUS (Sistema Único de Saúde), fechando o exercício acima de 60%, que é o mínimo exigido por lei.

As fontes de receitas são os serviços de saúde prestados pelo Hospital Pequeno Príncipe e pelo Centro de Vacinas, os serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe, bem como as doações e subvenções e convênios associados a projetos científicos do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe e demais unidades do Complexo. Todas as receitas são integralmente aplicadas na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. São unidades mantidas pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, mantenedora do Complexo Pequeno Príncipe:

- Hospital Pequeno Príncipe (que incorpora o antigo Hospital de Crianças César Pernetta);
- Faculdades Pequeno Príncipe;
- Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe; e
- Centro de Vacinas Pequeno Príncipe.

Para gozar a isenção das contribuições sociais, a entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS), que é renovado a cada três anos pelo Ministério da Saúde (ouvido o Ministério da Educação para as especialidades da Faculdades), sendo que o último CEBAS obtido pela entidade tem validade para o período de 1.º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021. A entidade efetuou as solicitações de renovações para os exercícios subsequentes, nos prazos determinados, ao Ministério da Saúde, conforme SEI MS n.º 25000.165706/2021-80, e está no aguardo de seu deferimento.

A emissão das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e reapresentação de 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram autorizadas pela administração em 10 de abril de 2026.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei n.º 11.638/07 e da Lei n.º 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e também de acordo com a ITG 2002 (R1), entidade sem finalidade de lucros.

2.1 Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 e de 2023

A Associação está reapresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, para a melhor adequação às práticas contábeis vigentes e melhor compreensão das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com os requerimentos dispostos no CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, conforme apresentado a seguir.

Em 2023

Ativo	2023 (Apresentado)	Ajustes (b)	2023 (Reapresentado)	
Ativo circulante	221.040	-	221.040	
Ativo não circulante				
Imobilizado				
Edificações e benfeitorias				
Custo	65.846	-	65.846	
Depreciação acumulada	(24.221)	(1.478)	(25.699)	
Total edificações e benfeitorias	41.625	(1.478)	40.147	
Total imobilizado	171.245	(1.478)	169.767	
Total do ativo não circulante	177.603	(1.478)	176.125	
Total do ativo	398.643	(1.478)	397.165	
Passivo	2023 (Apresentado)	Ajustes (a)	Ajustes (b)	2023 (Reapresentado)
Passivo circulante				
Recursos de subvenções a executar	64.216	3.081	-	67.297
Total do passivo circulante	146.187	3.081	-	149.268
Passivo não circulante				
Recursos de subvenções a executar	-	23.017	-	23.017
Total do passivo não circulante	41.849	23.017	-	64.866
Patrimônio líquido				
Patrimônio social	148.328	-	-	148.328
Ajuste de avaliação patrimonial	38.481	-	-	38.481
Superávit à disposição da Assembleia	23.798	(26.098)	(1.478)	(3.778)
Total do patrimônio líquido	210.607	(26.098)	(1.478)	183.031
Total do passivo e do patrimônio líquido	398.643	-	(1.478)	397.165



Demonstração do resultado do exercício	2023 (Apresentado)	Ajustes (a)	Ajustes (b)	2023 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	417.771	(8.145)	-	409.626
Receitas da área de saúde	246.168	-	-	246.168
Receitas da área de educação	88.308	-	-	88.308
Utilização de recursos captados	83.295	(8.145)	-	75.150
Subvenções sociais	44.331	(8.145)	-	36.186
Campanhas iniciativa privada	38.964	-	-	38.964
(-) Deduções da receita	(30.149)	-	-	(30.149)
Receita operacional líquida	387.622	(8.145)	-	379.477
(-) Custo dos serviços prestados	(284.925)	-	-	(284.925)
Superávit bruto	102.697	(8.145)	-	94.552
Despesas operacionais	(89.155)	-	(259)	(89.414)
Despesas administrativas gerais	(48.858)	-	(259)	(49.117)
Superávit antes das receitas e das despesas financeiras	13.542	(8.145)	(259)	5.138
Superávit do exercício	18.653	(8.145)	(259)	10.249

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	2023 (Apresentado)	Ajustes (a)	Ajustes (b)	2023 (Reapresentado)
Patrimônio social	148.328	-	-	148.328
Ajuste de avaliação patrimonial	38.481	-	-	38.481
Superávit à disposição da Assembleia	23.798	(26.098)	(1.478)	(3.778)
Total do patrimônio líquido	210.607	(26.098)	(1.478)	183.031

Demonstração dos fluxos de caixa	2023 (Apresentado)	Ajustes (a)	Ajustes (b)	2023 (Reapresentado)
Superávit do exercício	18.653	(8.145)	259	10.249
Ajustes por				
Depreciação e amortização	11.976	-	259	12.235
Variações nos ativos e passivos:				
Recursos de subvenções a realizar	(7.027)	8.145		1.118
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	37.662	-	-	37.662

Em 2024

Ativo	2024 (Apresentado)	Ajustes (b)	2024 (Reapresentado)
Ativo circulante	201.286	-	201.286
Ativo não circulante			
Imobilizado			
Edificações e benfeitorias			
Custo	70.825	-	70.825
Depreciação acumulada	(25.543)	(1.737)	(27.280)
Total edificações e benfeitorias	45.282	(1.737)	43.545
Total imobilizado	203.284	(1.737)	201.547
Total do ativo não circulante	281.860	(1.737)	280.123
Total do ativo	483.146	(1.737)	481.409

Passivo	2024 (Apresentado)	Ajustes (a)	Ajustes (b)	2024 (Reapresentado)
Passivo circulante				
Recursos de subvenções a executar	66.853	4.417	-	71.270
Total do passivo circulante	138.912	4.417	-	143.329
Passivo não circulante				
Recursos de subvenções a executar	-	32.099	-	32.099
Total do passivo não circulante	51.181	32.099	-	83.280
Patrimônio líquido				
Patrimônio social	172.126	-	-	172.126
Ajuste de avaliação patrimonial	37.998	-	-	37.998
Superávit à disposição da Assembleia	82.929	(36.516)	(1.737)	44.676
Total do patrimônio líquido	293.053	(36.516)	(1.737)	254.800
Total do passivo e do patrimônio líquido	483.146	-	(1.737)	481.409



Demonstração do resultado do exercício	2024 (Apresentado)	Ajustes (a)	Ajustes (b)	2024 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	507.592	(10.418)		497.174
Receitas da área de saúde	319.823	-		319.823
Receitas da área de educação	103.799	-		103.799
Utilização de recursos captados	83.970	(10.418)		73.552
Subvenções sociais	45.743	(10.418)		35.325
Campanhas iniciativa privada	38.227	-		38.227
(-) Deduções da receita	(35.616)	-		(35.616)
Receita operacional líquida	471.976	(10.418)		461.558
(-) Custo dos serviços prestados	(302.151)	-		(302.151)
Superávit bruto	169.825	(10.418)		159.407
Despesas operacionais	(96.700)	-	(259)	(96.959)
Despesas administrativas gerais	(54.937)	-	(259)	(55.196)
Superávit antes das receitas e das despesas financeiras	73.125	(10.418)	(259)	62.448
Superávit do exercício	82.446	(10.418)	(259)	71.769

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	2024 (Apresentado)	Ajustes (a)	Ajustes (b)	2024 (Reapresentado)
Patrimônio líquido				
Patrimônio social	172.126	-	-	172.126
Ajuste de avaliação patrimonial	37.998	-	-	37.998
Superávit à disposição da Assembleia	82.929	(36.516)	(1.737)	44.676
Total do patrimônio líquido	293.053	(36.516)	(1.737)	254.800

Demonstração dos fluxos de caixa	2024 (Apresentado)	Ajustes (a)	Ajustes (b)	2024 (Reapresentado)
Superávit do exercício	82.446	(8.145)	259	10.249
Ajustes por				
Depreciação e amortização	12.972	-	259	13.231
Variações nos ativos e passivos:				
Recursos de subvenções a realizar	2.637	10.418	-	13.055
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	106.508	-	-	106.508

(a) Em 2025, a entidade identificou que as receitas de subvenção para investimento, relacionadas à aquisição de ativos do imobilizado, vinham sendo reconhecidas integralmente no resultado do exercício no momento da compra. Entretanto, conforme as práticas contábeis aplicáveis e o CPC 07 — Subvenção e Assistência Governamentais, tais receitas devem ser apropriadas ao resultado ao longo da vida útil dos respectivos bens, de forma sistemática e racional, em base consistente com a depreciação do ativo subvencionado.

Diante disso, a entidade realizou o levantamento detalhado de todos os ativos do imobilizado beneficiados por subvenções e procedeu ao recálculo do reconhecimento contábil dessas receitas considerando os últimos cinco exercícios. Como resultado, as demonstrações contábeis

referentes aos exercícios de 2024 e de 2023 foram reapresentadas, de forma retrospectiva, e os efeitos correspondentes foram devidamente ajustados no exercício de 2025, em linha com o CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A reapresentação e os ajustes efetuados impactaram principalmente as seguintes rubricas:

- recursos de subvenções a executar, classificados no passivo circulante e não circulante;
- receita do exercício; e
- superávit à disposição da Assembleia, refletido no patrimônio líquido.

(b) Em 2025, a entidade verificou que o sistema não estava calculando corretamente a depreciação de certas benfeitorias em imóveis de terceiros. Diante dessa inconsistência, foi realizada a revisão e o recálculo da depreciação desses bens, considerando os critérios contábeis aplicáveis. Após o recálculo, foram efetuados os lançamentos contábeis necessários para ajuste, bem como a reapresentação dos saldos, de forma a refletir adequadamente a posição patrimonial e os resultados da entidade.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos financeiros

A instituição classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja reservá-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, de fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.



b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data, na qual a instituição se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo custo amortizado. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a instituição tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

d) Desreconhecimento (baixa) dos instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro expiram;
- transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo; e

- um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. Em decorrência de decisões internas, fundos com aplicações financeiras podem ter destinação específica, em consonância com o planejamento estratégico e sistema de governança.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da entidade.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente se relevante e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

3.6. Recursos de convênios a realizar/subvenções a executar

Os recursos de convênios a realizar são reconhecidos, inicialmente, a débito no ativo circulante na conta de recursos de convênios a realizar, e a crédito no passivo circulante na conta de recursos de subvenções a executar, e, subsequentemente, são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que são efetuados os gastos dos atendimentos dos convênios.

3.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.8 Investimentos

Os investimentos em obras de artes são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. Ressalta-se a formação de acervo vinculado a Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e os trabalhos visando à sua conservação.

3.9 Arrendamentos

3.9.1 Direito de uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.



A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso e o fim do prazo de arrendamento.

3.9.2. Passivos de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a entidade. Esses fluxos de pagamento são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.10 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se for maior do que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica das licenças de software. A vida útil econômica é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de amortização.

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa — UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perdas ao valor recuperável são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a quitar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.14 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira adequada e seguindo preceitos legais.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.16 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas, observando o princípio da oportunidade.

3.17 Reconhecimento da receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos.

A entidade atua na prestação de serviços de assistência à saúde no Hospital Pequeno Príncipe e no Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe e doações e taxas oriundas de recursos de pessoas físicas e jurídicas, bem como subvenções concedidas pelo poder público de caráter assistencial e sem fins lucrativos.



O reconhecimento da receita ocorre à medida que os serviços hospitalares e educacionais são realizados ao seu paciente/estudante, ou seja, quando a entidade já cumpriu a obrigação de desempenho firmada com o cliente, e já houve a transferência de controle ao cliente, juntamente com o surgimento do direito de receber qualquer contraprestação em troca dos bens ou serviços prestados.

A entidade reconhece a receita quando é possível atender aos critérios:

- (I) identificar o contrato com o cliente;
- (II) identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- (III) determinar o preço das transações;
- (IV) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- (V) reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

3.18 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- (I) no mercado principal para o ativo ou passivo; e
- (II) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a entidade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1** — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2** — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3** — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgação do valor justo, a entidade determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo, e o nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.19 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) valor recuperável dos estoques e ativos imobilizados e intangíveis;
- c) vida útil e valor residual dos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com a assessoria jurídica da entidade; e
- e) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Ativo	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Caixa	33	26	50
Bancos conta movimento	8.316	4.841	2.734
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	13.105	19.324	20.561
Total	21.454	24.191	23.345

(*)	Rendimento	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Banco Bradesco	100% do CDI	3.129	3.676	2.356
Banco do Brasil	99% do CDI	565	603	654
Banco Itaú	95% do CDI	1.713	10.268	356
Banco Safra	103% do CDI	-	-	5.634
Banco Santander	101% do CDI	7.698	4.568	6.718
Paraná Banco	107% do CDI	-	-	4.843
Sicredi	101,5% do CDI	-	209	-
Total		13.105	19.324	20.561



5. Aplicações financeiras

(*)	Rendimento	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Banco Safra	103% do CDI	3.981	8.796	21.774
Banco Santander	101% do CDI	1.677	7.636	58.103
Banco Bradesco	-	-	-	3.366
Paraná Banco	108% do CDI	47.066	38.864	7.605
XP Investimentos	110% do CDI	13.537	6.457	-
BTG Pactual	121% do CDI	27.387	5.088	-
Sicredi	121% do CDI	5.511	-	-
Total curto prazo (a)		99.159	66.841	90.848
Unicredi (b)	105% do CDI	43.004	49.590	-
Total longo prazo		43.004	49.590	-
Total		142.163	116.431	90.848

(a) O saldo das aplicações financeiras ora apresentado foi constituído para atender ao disposto no artigo 11 do Capítulo IV dos estatutos da Associação, que determina a constituição de um fundo formado pela poupança compulsória de no mínimo 1% das receitas oriundas dos serviços prestados pelas suas unidades operacionais, cujo objetivo é assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto e, com autorização de uso expressa do Conselho Superior e da Assembleia Geral, parcela dos recursos poupados poder ser destinada para investimentos em novas frentes de atuação, como a implantação do Pequeno Príncipe Norte, em terreno no bairro Bacacheri, continuo à área da Base Aérea/Cindacta II.

(b) As aplicações financeiras mantidas na Unicredi estão classificadas no ativo não circulante em função da intenção atual da administração de manter os recursos aplicados por período superior a 12 meses, não havendo, até o momento, expectativa de resgate no curto prazo.

6. Contas a receber de clientes

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Clientes de serviços hospitalares	32.807	26.919	24.575
Clientes com vacina	1	1	7
Clientes com educação	4.948	5.220	5.223
(-) Provisão para perdas	(2.421)	(3.013)	(3.013)
Total circulante	35.335	29.127	26.792
Clientes de serviços hospitalares	1.925	1.925	1.925
(-) Provisão para perdas	(1.925)	(1.925)	(1.925)
Total não circulante	-	-	-
Total contas a receber de clientes	35.335	29.127	26.792

A composição dos saldos por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
A vencer	23.711	22.947	18.990
Vencidos			
De 1 a 30 dias	3.781	1.233	1.143
De 31 a 90 dias	5.109	1.264	2.213
De 91 a 120 dias	463	412	295
Acima de 121 dias	6.617	8.209	9.089
Total	39.681	34.065	31.730

A movimentação da provisão estimada para perdas com créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022	(4.905)
Constituição de provisão PECLD	(1.598)
Recuperações/reversões	1.565
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	(4.938)
Constituição de provisão PECLD	(1.494)
Perdas/resultado	1.494
Em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	(4.938)
Constituição de provisão PECLD	(2.656)
Perdas/resultado	3.248
Em 31 de dezembro de 2025	(4.346)

A provisão foi estabelecida com base em análise das contas a receber, levando em consideração fatores como históricos de pagamento e eventuais perdas, condições econômicas dos clientes e tendências de mercado, como medida preventiva para antecipar possíveis perdas futuras, conforme nota explicativa n.º 3.5.



7. Recursos de convênios a realizar (ativo)/recursos de subvenções a executar (passivo)

Referem-se a recursos relativos a emendas parlamentares, repasses e convênios governamentais e projetos de incentivos fiscais, como o Fundo da Infância e Adolescência (FIA), o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PcD) e ainda doações de empresas e pessoas físicas. Do montante de R\$ 101.400 (ativo), resultado de grande e organizado esforço de captação na comunidade (pessoas físicas e jurídicas) e órgãos governamentais, R\$ 40.560, equivalentes a 40%, serão aplicados em investimentos de modernização das edificações e aquisição de equipamentos, e R\$ 60.840, equivalentes a 60%, serão aplicados em manutenção das instalações, aquisição de medicamentos (principalmente os de alto custo), materiais especiais e outros itens de consumo hospitalar, e em custeio de mão de obra especializada, notadamente no Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe.

Esclarecemos que o uso dos recursos captados deverá ocorrer conforme o plano de aplicação de cada projeto de captação e/ou convênio. Todos esses projetos têm planos de aplicação específicos e são objeto de auditorias contínuas e rigorosa prestação de contas.

8. Estoques

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Farmácia central	6.893	8.022	5.385
Vacinas	784	651	546
Almoxarifado central	732	809	736
Materiais de laboratório e pesquisa (a)	867	887	984
Manutenção	69	38	66
Outros materiais	6	4	1
Total	9.351	10.411	7.718

(a) Referem-se a materiais utilizados em pesquisas (Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe) e de uso do Laboratório de Análises Clínicas.

Em 2025 e 2024, não foi constituída provisão, pois a administração avaliou não existir a necessidade de constituição de provisão para perdas com estoques.

9. Outros créditos

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Adiantamentos para empregados	1.189	1.234	312
Adiantamentos a fornecedores	1.292	739	2.493
Associação Eunice Weaver do Paraná (AEW-PR) (a)	10.853	9.367	6.006
Inter Americano (a)	1.270	1.180	-
Despesas antecipadas com congressos	-	-	479
Seguros a apropriar	10	10	8
Outros créditos a receber	180	778	912
Total	14.794	13.308	10.210
Ativo circulante	14.794	5.788	9.731
Ativo não circulante	-	7.520	479
Total	14.794	13.308	10.210

(a) Os valores se referem a recursos transferidos a título de empréstimos para a Associação Eunice Weaver do Paraná (AEW-PR) e para o Centro Cultural Brasil-Estados Unidos — Inter Americano, com o objetivo de prover financiamento para atividades econômicas desenvolvidas pelas entidades mutuárias. No caso da AEW-PR, os recursos foram destinados à capitalização de uma empresa comercial especializada na compra e venda de aparelhos médicos. Já em relação ao Inter Americano, os valores repassados estão sendo aplicados no desenvolvimento da atividade educacional denominada Multiplica PP. Em ambos os casos, os recursos gerados pelas referidas atividades deverão ser utilizados para a amortização dos empréstimos concedidos.



10. Investimentos

	Obras de arte	Total
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)		
Custo	702	702
Valor líquido contábil	702	702
Adições	-	-
Baixas	-	-
Saldo final	702	702
Em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)		
Custo	702	702
Valor líquido contábil	702	702
Adições	2	2
Baixas	-	-
Saldo final	704	704
Em 31 de dezembro de 2025		
Custo	704	704
Valor líquido contábil	704	704
Adições	25	25
Baixas	-	-
Saldo final	729	729

O valor é relativo a obras de arte e se refere, em grande parte, a diversas obras adquiridas ou doadas para a Associação, que formam um acervo que está exposto em diversos locais e é composto por quadros, esculturas e outras obras, em especial tendo como motivo o próprio rei Pelé, apoiador do Instituto de Pesquisa, e que poderão ser utilizadas no futuro para angariar fundos para a Associação, por meio de leilões.

11. Arrendamento

11.1 Direito de uso

a) Ativos de direito de uso

Direito de uso		
Prazo médio de vigência dos contratos/vida útil (anos)		De 1 a 5
Arrendamento		
Direito de uso	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	3.041	3.041
Adições e remensurações	18.660	18.660
Depreciação	(3.041)	(3.041)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	18.660	18.660
Adições e remensurações	2.395	2.395
Depreciação	(4.215)	(4.215)
Baixas	(299)	(299)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16.541	16.541

Os arrendamentos se referem a contratos de locação de imóveis utilizados para prestação de serviços médicos e de educação, e para serviços administrativos.

11.2 Passivo de arrendamento

Arrendamento		
Passivo de arrendamento	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	3.354	3.354
Adições	18.660	18.660
Baixas	-	-
Juros	124	124
Pagamentos no período	(3.478)	(3.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	18.660	18.660
Adições	2.395	2.395
Baixas	(299)	(299)
Juros	1.263	1.263
Pagamentos no período	(4.810)	(4.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.209	17.209
Parcela classificada no circulante	4.071	4.071
Parcela classificada no não circulante	13.138	13.138



12. Imobilizado

Descrição	Terrenos (Apresentado)	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos diversos	Equipamentos hospitalares	Instalações	Móveis e utensílios hospitalares	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado/ obras em andamento	Outras imobilizações	Total
Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	33.285	39.347	11.662	29.368	1.506	10.058	5.805	223	22.144	230	153.628
Adições	2.100	4.145	7.193	8.427	19	2.157	3.613	196	5.160	3	33.013
Baixas	-	(4.573)	(277)	(937)	(784)	(519)	(298)	-	-	(3)	(7.391)
Transferências	-	2.644	-	-	-	-	-	-	(2.644)	-	-
Depreciação	-	(3.438)	(2.100)	(5.508)	(34)	(1.322)	(2.188)	(60)	-	(115)	(15.024)
Dep. revisão vida útil	-	940	605	1.111	(291)	244	253	5	-	7	2.874
Baixas depreciação	-	1.277	163	759	5	249	149	-	-	1	2.603
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	35.385	40.342	17.246	33.220	421	10.867	7.334	364	24.660	123	169.962
Custo	35.385	65.846	29.458	62.003	2.284	14.801	15.999	744	24.660	1.450	252.630
Depreciação acumulada	-	(25.504)	(12.212)	(28.783)	(1.863)	(3.934)	(8.665)	(380)	-	(1.327)	(82.668)
Valor líquido contábil	35.385	40.342	17.246	33.220	421	10.867	7.334	364	24.660	123	169.962
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	35.385	40.342	17.246	33.220	421	10.867	7.334	364	24.660	123	169.962
Adições	-	-	5.479	11.678	158	1.540	2.602	-	25.389	39	46.885
Baixas	-	-	(1.795)	(4.017)	(305)	(1.219)	(1.687)	(68)	-	(12)	(9.103)
Transferências	-	4.979	-	-	-	-	-	-	(4.979)	-	-
Depreciação	-	(2.466)	(3.234)	(6.137)	(44)	(1.406)	(2.737)	(86)	-	(58)	(16.168)
Dep. revisão vida útil	-	885	415	924	292	82	402	31	-	-	3.031
Baixas depreciação	-	-	1.435	3.573	-	926	1.121	68	-	12	7.135
Em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	35.385	43.741	19.546	39.241	522	10.790	7.035	309	45.070	104	201.743
Custo	35.385	70.825	33.142	69.664	2.137	15.122	16.914	676	45.070	1.477	290.412
Depreciação acumulada	-	(27.084)	(13.596)	(30.423)	(1.615)	(4.332)	(9.879)	(367)	-	(1.373)	(88.669)
Valor líquido contábil	35.385	43.741	19.546	39.241	522	10.790	7.035	309	45.070	104	201.743
Em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	35.385	43.741	19.546	39.241	522	10.790	7.035	309	45.070	104	201.743
Adições	1.325	375	83	314	463	33	71	212	50.870	-	53.746
Baixas	-	-	(71)	(525)	(6)	(112)	(38)	-	-	-	(752)
Transferências	-	-	8.345	7.080	564	1.516	3.566	-	(21.075)	4	-
Depreciação	-	(2.341)	(3.133)	(6.472)	(109)	(1.382)	(2.393)	(93)	-	(54)	(15.977)
Baixas depreciação	-	-	70	519	3	91	10	-	-	-	693
Em 31 de dezembro de 2025	36.710	42.385	25.374	41.252	1.453	11.081	8.252	460	74.865	54	241.886
Em 31 de dezembro de 2025											
Custo	36.710	71.200	41.499	76.533	3.158	16.559	20.513	888	74.865	1.481	343.406
Depreciação acumulada	-	(28.815)	(16.125)	(35.281)	(1.705)	(5.478)	(12.261)	(428)	-	(1.427)	(101.520)
Valor líquido contábil	36.710	42.385	25.374	41.252	1.453	11.081	8.252	460	74.865	54	241.886
Taxa de depreciação		De 2,33% a 3,33%	De 4,55% a 8,33%	7,69%	5,88%	De 7,69% a 9,09%	16,67%	12,50%	-	10%	

Não há bens dados em garantia.



Composição do imobilizado/construções em andamento:

Descrição	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Reforma Instituto de Pesquisa — Unidade Cabral	-	-	2.345
Imobilizações em trânsito — Hospital	30	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	44.251	22.824	3.670
Projetos de viabilidade econômico-financeira e ambiental, de arquitetura/engenharia no Bacacheri, para o Pequeno Príncipe Norte	18.811	18.081	16.125
Obra — pátio central Hospital	1.558	-	-
Reforma instalação de rampa — Hospital	3.325	3.152	2.117
Obra — sistema de distribuição de energia	2.626	896	-
Reforma restaurante — Faculdades	-	-	325
Reforma Bloco 5 — Faculdades	-	-	78
Obra — reforma prédio Sagrado	3.590	14	-
Obra — PPCI — sistema de exaustão dos subsolos	102	103	-
Implantação de datacenter	44	-	-
Centro de processamento celular	528	-	-
Total	74.865	45.070	24.660

As obras relativas à primeira etapa de construção do Pequeno Príncipe Norte foram iniciadas no final do primeiro trimestre de 2024, conforme aprovado pelo alvará de construção n.º 394.567, emitido, em 30 de junho de 2023, pela Prefeitura de Curitiba, e estão sendo executadas pelo Consórcio RTB, nos termos do contrato firmado em 7 de fevereiro de 2024. O consórcio contratado mantém apólice de seguro-garantia para a execução da obra.

O empreendimento está sendo implantado de forma faseada, contemplando, quando concluído, um complexo integrado de assistência à saúde, ensino, pesquisa, cultura e preservação ambiental, composto por diversas edificações de interesse público devidamente licenciadas.

A fase 1, atualmente em execução, encontra-se subdividida em subfases e compreende, entre outros serviços, a execução de terraplanagem geral, macrodrenagem e drenagem superficial, infraestrutura viária e de instalações, trincheira para circulação segura de pedestres, ponte de transposição de curso d'água, guaritas de acesso, central elétrica, cisternas intermediárias, além da primeira etapa do Jardim Botânico e obras de paisagismo.

Os recursos destinados à execução da obra estão devidamente programados, segundo descrito na nota explicativa n.º 5, sendo parte financiada com recursos próprios da entidade e parte com recursos públicos, mediante convênios firmados com a Itaipu Binacional e com a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (Sesa/PR), conforme aplicável a cada fase do empreendimento.

Até 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 69,4% do total da obra da fase 1 havia sido executado, com base nas medições realizadas e devidamente aprovadas e pagas. O prazo inicialmente previsto para conclusão da fase 1 foi formalmente prorrogado, por meio de aditivo contratual, para julho de 2026.

13. Fornecedores

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Fornecedores de materiais e medicamentos	9.698	8.824	6.782
Fornecedores de materiais em geral	3.587	1.968	1.852
Fornecedores — Bens	-	-	170
Fornecedores de próteses	919	293	2.752
Fornecedores de serviços	1.755	1.831	1.917
Fornecedores — honorários médicos	4.083	8.030	334
Fornecedores de equipamentos	687	294	-
Outros fornecedores	3.184	2.856	2.370
Total	23.913	24.096	16.177
Fornecedores por tipo de moeda			
Real — R\$	23.913	24.054	16.177
Dólar — US\$	-	42	-
Total	23.913	24.096	16.177

14. Empréstimos bancários

	Encargos	Garantias	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Banco Bradesco — rotativo	1,30% a.m.	Aval corporativo	-	2	4.085
Santander CP	0,29% a.m.	Direitos creditórios	1.532	1.532	1.111
Santander — Conta Garantida	1,42% a.m.	Direitos creditórios	2.461	-	6.085
Banco Safra — rotativo	1,34% a.m.	Aval corporativo	-	-	2.000
Banco do Brasil — rotativo	1,21% a.m.	Aval corporativo	-	-	10.000
Banco Santander	CDI + 0,19% a.m.	Créditos SUS	3.032	3.242	1.419
Banco Bradesco	CDI + 0,25% a.m.	Créditos SUS	2.488	2.433	2.335
Total do curto prazo			9.513	7.209	27.035
Banco Santander — cap. giro	0,29% a.m.	Direitos creditórios	428	2.470	3.582
Banco Santander	CDI + 0,19% a.m.	Créditos SUS	3.682	6.481	8.704
Banco Bradesco	CDI + 0,25% a.m.	Créditos SUS	2.567	4.204	5.979
Total do longo prazo			6.677	13.155	18.265
Total geral			16.190	20.364	45.300



Valores a pagar por data	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
2024	-	-	27.035
2025	-	7.209	5.545
2026	9.513	5.358	5.545
2027	5.265	4.890	5.334
2028	1.412	2.907	1.841
2029	-	-	-
Total	16.190	20.364	45.300

Os empréstimos obtidos são todos denominados em moeda nacional (reais — R\$) e possuem cláusulas restritivas (*covenants*), as quais foram integralmente cumpridas nas datas-base de apuração.

15. Obrigações sociais

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Salários e ordenados a pagar	8.839	7.657	7.223
Encargos sociais a pagar	4.299	4.171	3.435
Férias a pagar	447	845	797
Piso enfermagem (a)	1.162	1.193	1.463
Provisão de férias e encargos	17.751	16.377	15.349
Parcelamento FGTS	-	-	57
Outras	121	165	176
Total	32.619	30.408	28.500

(a) Valores referentes às subvenções recebidas para pagamento do piso da enfermagem. Estabelecidos pela Lei n.º 14.434/2022, os valores começaram a ser repassados para a Associação.

16. Obrigações fiscais

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
IRRF retido	2.721	2.192	2.585
Outros impostos retidos	363	220	258
Parcelamentos tributários (a)	5.160	5.234	5.351
Total	8.244	7.646	8.194
Parcela classificada no circulante	3.660	2.945	3.342
Parcela classificada no não circulante	4.584	4.701	4.852

(a) Os saldos estão compostos por parcelamento de PIS/Cofins, e os prazos de vencimento estão entre 2026 e 2035.

17. Receitas antecipadas

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Receita com posto bancário	105	525	945
Receita com Hemobanco	-	133	333
Total	105	658	1.278
Passivo circulante	105	553	620
Passivo não circulante	-	105	658

A entidade possui contratos com uma instituição financeira para disponibilização do espaço para um posto bancário em suas dependências e com o Instituto Paranaense de Hemoterapia e Hematologia (Hemobanco), ambos com prazo de 60 meses. Desse modo, a receita foi antecipada pelo prazo dos referidos contratos.

18. Provisão para contingências

A entidade calcula as provisões para contingências contabilizando 100% das causas prováveis e 50% das causas possíveis para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Contingências trabalhistas	308	427	439
Contingências cíveis	8.762	2.225	8.211
Total contingências prováveis	9.070	2.652	8.650
Contingências trabalhistas	326	290	144
Contingências cíveis	8.336	14.241	9.129
Total contingências possíveis	8.662	15.141	9.424
Total	17.732	17.793	18.074
Depósitos judiciais	-	-	-
Efeito líquido	17.132	17.793	18.074

19. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da entidade está representado pelo patrimônio social de R\$ 217.480 (R\$ 172.126 em 2024 e R\$ 148.328 em 2023), pelo superávit à disposição da Assembleia de R\$ 58.040 (R\$ 44.871 em 2024 e R\$ 3.583 em 2023), e por ajuste de avaliação patrimonial sobre ativos em R\$ 37.515 (R\$ 37.998 em 2024 e R\$ 38.481 em 2023).

Em 6 de dezembro de 2024, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária pela incorporação do superávit ao patrimônio social da entidade.



O saldo de superávit do exercício será colocado à disposição da Assembleia Geral para destinação.

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial se refere ao registro especificamente do efeito de custo atribuído ao ativo imobilizado.

A reserva estatutária citada na nota explicativa n.º 5 está embutida no valor total do patrimônio social e é controlada gerencialmente.

20. Receita operacional líquida

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Receitas da área de saúde	299.273	319.823	246.168
Sistema Único de Saúde (SUS)	110.831	138.175	83.270
Convênios	177.357	170.683	149.067
Particulares	11.085	10.965	13.831
Receitas da área de educação	118.911	103.799	88.308
Mensalidades	116.654	101.899	86.745
Outras receitas	2.257	1.900	1.563
Utilização de recursos captados	80.397	73.552	75.150
Subvenções sociais	37.570	35.325	36.186
Campanhas iniciativa privada	42.827	38.227	38.964
Receita operacional bruta	498.582	507.592	417.771
(-) Deduções da receita	(32.298)	(35.616)	(30.149)
Glosas de convênios	(5.368)	(10.500)	(8.231)
Gratuidades concedidas	(21.053)	(18.750)	(16.245)
Bolsas de estudo	(5.877)	(6.366)	(5.673)
Receita operacional líquida	466.283	461.558	379.477

20.1 Receita SUS oriunda de ação judicial

No exercício de 2024, esta Associação recebeu o montante de R\$ 35.200 relativos ao processo judicial, distribuído em 12 de maio de 2022 (número 1029422-51.2022.4.01.3400 — 3.ª Vara Federal da SJDF), no qual requereu ressarcimento de serviços prestados a pacientes de planos de saúde atendidos pelo SUS, com base na Tabela TUNEP/IVR (Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos). Considerando que a decisão divulgada no exercício de 2024 foi em caráter liminar (precário), o valor acima citado foi direcionado a aplicações financeiras, até que seja prolatada a sentença final. Em 2025, não houve alteração relevante no processo.

20.2 Uso dos recursos oriundos da captação de recursos

No ano de 2025, o uso dos recursos oriundos da captação de recursos atingiu o montante de R\$ 80.397, o que significa um aumento de 9,3% em relação ao exercício de 2024 (R\$ 73.552), contribuindo decisivamente para o resultado superavitário ora verificado.

21. Glosas de convênios

As glosas são registradas mensalmente, em obediência ao princípio de competência, e são provenientes do não pagamento, por parte dos planos de saúde e convênios médicos, de valores referentes a procedimentos, medicamentos, materiais e taxas aplicados no atendimento de pacientes.

Em 2023, para um faturamento de R\$ 149.067, foram registradas glosas no valor de R\$ 8.231, que representam 5,52% do faturamento.

No exercício de 2024, para um faturamento de R\$ 170.683, foram registradas glosas no valor de R\$ 10.500, que representam 6,15% do faturamento. O aumento de glosas nesse ano se deve a novos critérios adotados pelas operadoras, e a administração está em negociação com os planos de saúde para sanar a situação.

Já no exercício de 2025, para um faturamento de R\$ 177.356, foram registradas glosas no valor de R\$ 5.368, que representam 3% do faturamento.

22. Custos dos serviços prestados

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Custo com pessoal	157.746	142.471	129.207
Material e medicamentos	65.918	62.764	62.336
Honorários médicos	56.263	51.653	47.675
Gêneros alimentícios	7.956	7.618	6.159
Manutenções	8.838	9.150	7.857
Serviços profissionais PF/PJ	4.394	6.815	5.946
Material de consumo	3.943	4.049	3.824
Água, luz, energia e telefone	4.561	4.276	3.019
Locações	5.141	4.304	2.570
Outros custos	14.618	9.051	16.332
Total	329.378	302.151	284.925



23. Despesas operacionais

23.1 Despesas com pessoal

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Remuneração	34.501	30.120	26.326
Encargos sociais	4.416	4.304	3.377
Benefícios	7.015	6.398	7.480
Provisões (férias, 13.º salário)	7.973	7.292	6.401
Total	53.905	48.114	43.584

23.2 Despesas administrativas gerais

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Depreciação e amortização (a)	13.695	13.231	12.235
Material de consumo geral adm.	2.454	2.700	2.272
Manutenção	1.544	1.990	5.358
Serviços profissionais pessoas jurídicas	14.428	20.369	12.303
Serviços profissionais pessoas físicas	4	-	288
Marketing administrativo	7.015	6.796	4.200
Água, energia elétrica, telefone e gás	563	896	2.746
Despesas com créditos incobráveis	2.538	684	1.581
Provisão para perdas em processos judiciais	545	-	40
Locação de imóveis e equipamentos	1.253	2.179	3.534
Ajustes de inventário	758	918	1.424
Outras despesas gerais administrativas	6.747	5.433	3.136
Total	51.544	55.196	49.117

(a) Por limitação do sistema de gestão integrado (MV), que não faz a segregação da depreciação e amortização entre custos e despesas, a depreciação é reconhecida integralmente na rubrica de despesas administrativas gerais.

23.3 Outras receitas (despesas)

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Receita com locação de imóvel	925	990	858
Receita com estacionamento	525	559	306
Receitas de convênios para estágio	2.518	2.444	2.189
Recuperação de despesas	288	240	73
Receitas com pesquisas clínicas	1.789	1.314	846
Terceirizações	107	80	82
Alienação de bens	-	39	-
Outras receitas operacionais	841	1.930	37
Despesas tributárias	(513)	(400)	(946)
Outras despesas operacionais	(61)	(845)	(158)
Total	6.419	6.351	3.287

24. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024 (Reapresentado)	2023 (Reapresentado)
Receitas financeiras			
Receitas de aplicações financeiras	21.591	12.880	11.979
Descontos obtidos	1.467	1.536	946
Juros recebidos	224	943	45
Correção monetária	922	-	-
Total das receitas financeiras	24.204	15.359	12.970
Despesas financeiras			
Juros pagos	(1.397)	(54)	(41)
Descontos concedidos	(539)	(457)	(677)
Taxas e comissões bancárias	(873)	(982)	(1.034)
Encargos sobre empréstimos bancários	(1.230)	(4.545)	(6.107)
Total das despesas financeiras	(4.039)	(6.038)	(7.859)
Resultado financeiro líquido	20.165	9.321	5.111

25. Prestação anual de serviços ao SUS

Durante o exercício de 2025, a prestação de serviços ao SUS foi executada de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar n.º 187/21 e pelo contrato de prestação de serviços assinado com a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, tendo sido cumpridas todas as metas qualitativas e quantitativas.

26. Aplicação de recursos em gratuidade na área de educação

26.1 Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

Em atendimento ao artigo n.º 13-A da Lei n.º 187/2021 (Educação Superior), ao artigo n.º 19 (itens I e II), ao artigo n.º 20 e à Lei n.º 11.096/05 (Ensino Superior), a instituição concedeu uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes no ano de 2024 para atender ao programa Prouni e complementou com bolsas Prouni integrais e parciais para atingir 20% de gratuidades. A partir do segundo semestre de 2024, a Faculdades Pequeno Príncipe oferta apenas bolsas integrais para o programa Prouni, conforme demonstração a seguir.

	Quantidade	Quantidade	Quantidade)
Cursos de graduação e sequenciais	2025	2024	2023
Alunos matriculados nos cursos de graduação e sequenciais	2.035	1.703	1.399
Alunos pagantes nos cursos de graduação e sequenciais	1.646	1.416	1.137
Alunos necessários (relação 1 para 9)	183	157	127
Alunos com bolsa Prouni	431	341	327
Alunos com bolsa integral — institucionais	17	21	15



26.2 Aplicações em gratuidades educacionais considerando a Lei n.º 12.101/09

Educação superior	Quantidade	Valores 2025 (milhares R\$)	Quantidade 2024	Valores 2024 (milhares R\$) (Reapresentado)	Quantidade 2023	Valores 2023 (milhares R\$) (Reapresentado)
Número de alunos matriculados	2.035	101.287	1.703	96.514	1.399	81.855
Bolsas Prouni 100%	372	18.697	266	18.077	247	15.785
Bolsas Prouni 50%	59	536	75	673	80	460

A receita acima demonstrada se refere aos cursos de graduação superior.

Além das gratuidades legais acima demonstradas, em 2025 foram concedidos R\$ 4.696 em bolsas de estudos (R\$ 4.536 em 2024), como incentivo ao desenvolvimento técnico e científico de profissionais da área de saúde, sendo que desse montante o total de R\$ 317 são bolsas do Programa Valorizando Talentos, para contemplar colaboradores lotados no Complexo Pequeno Príncipe.

27. Isenções usufruídas

Em 2025, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro obteve isenções fiscais no valor total de R\$ 93.830 (R\$ 83.783 em 2023), distribuídas da seguinte forma:

Resumo das isenções por instituição	HPP ⁽¹⁾	CEVA ⁽²⁾	FPP ⁽³⁾	IPP ⁽⁴⁾	Total
IRPJ	16.890	-	-	-	16.890
CSLL	6.089	-	-	-	6.089
INSS — patronal	31.073	157	11.590	1.926	44.746
Cofins	5.382	271	3.568	-	9.221
PIS	2.284	64	1.190	69	3.607
IPTU	1.054	-	-	-	1.054
ISS	9.393	452	2.378	-	12.223
Total geral	72.165	944	18.726	1.995	93.830

- (1) Hospital Pequeno Príncipe (HPP)
- (2) Centro de Vacinas Pequeno Príncipe (CEVA)
- (3) Faculdades Pequeno Príncipe (FPP)
- (4) Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe (IPP)

28. Trabalho voluntário

O custo do trabalho voluntário utilizado pela Associação foi estimando com base nos valores praticados pelo mercado para as atividades exercidas pelos voluntários, totalizando o valor de R\$ 393 para 6.554 horas de serviço (em 2024, o total foi de R\$ 335 para 5.578 horas de serviços).

29. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2025, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro possuía apólices de seguro contratado com seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para imóveis, veículos e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Colisão	Frota	R\$ 1.000	De 8/5/2025 a 8/5/2026
Incêndio e demais danos	Patrimonial	R\$ 61.248	De 3/4/2025 a 3/4/2026
Responsabilidade civil	Indenização aos administradores	R\$ 5.000	De 14/9/2025 a 14/9/2026

A administração da entidade considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações e bens.

30. Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros derivativos

A entidade não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total contábil)
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	21.455	-	21.455
Aplicações financeiras	142.163	-	142.163
Contas a receber de clientes	35.335	-	35.335
Total	198.953	-	198.953
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	23.913	23.913
Empréstimos e financiamentos	-	16.190	16.190
Total	-	40.103	40.103



Em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total contábil
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	24.191	-	24.191
Aplicações financeiras	116.431	-	116.431
Contas a receber de clientes	29.127	-	29.127
Total	169.748	-	169.748
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	24.096	24.096
Empréstimos e financiamentos	-	20.364	20.364
Total	-	44.460	44.460

Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total contábil
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	23.345	-	23.345
Aplicações financeiras	90.848	-	90.848
Contas a receber de clientes	26.792	-	26.792
Total	140.985	-	140.985
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	16.177	16.177
Empréstimos e financiamentos	-	45.300	45.299
Total	-	61.477	61.477

A entidade revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação e classificação, e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir.

a) Recebíveis: são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da entidade e depósitos bancários de livre movimentação e contas a receber cujos valores registrados se aproximam, na data do balanço, aos de realização.

b) Outros passivos financeiros: são classificados nesse grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

c) Valor justo: os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: a administração realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da entidade é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com a finalidade de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

• Risco de crédito

A base de clientes da entidade apresenta certo grau de concentração em alguns principais clientes. Por meio de controles internos, a entidade monitora permanentemente o envio das faturas e demais informações aos convênios, o que limita o risco de contas inadimplentes e glosas. A administração registra provisão para créditos de liquidação duvidosa das perdas consideradas prováveis.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

31. Informações por segmentos financeiros

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro tem atuação nos seguintes segmentos:

- Hospital Pequeno Príncipe (HPP);
- Centro de Vacinas Pequeno Príncipe (CEVA);
- Faculdades Pequeno Príncipe (FPP); e
- Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe (IPP).

Em 31 de dezembro de 2025	HPP	CEVA	FPP	IPP	Não controlado por segmento	Total
Ativo	-	-	-	-	584.403	584.403
Passivo	-	-	-	-	584.403	584.403
Receita líquida	365.271	9.031	91.981	-	-	466.283
Custo dos serviços prestados	(264.252)	(7.577)	(42.854)	(14.695)	-	(329.378)
Superávit bruto	101.019	1.454	49.127	(14.695)	-	136.905
Despesas operacionais	-	-	-	-	(99.030)	(99.030)
Resultado financeiro	-	-	-	-	20.165	20.165
Superávit do exercício	101.019	1.454	49.127	(14.695)	78.865	58.040



31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	HPP	CEVA	FPP	IPP	Não controlado	Total
Ativo	-	-	-	-	481.606	481.606
Passivo	-	-	-	-	481.606	481.606
Receita líquida	375.892	6.983	78.683	-		461.558
Custo dos serviços prestados	(245.567)	(6.207)	(36.710)	(13.667)		(302.151)
Superávit bruto	130.325	776	41.973	(13.667)		159.407
Despesas operacionais	-	-	-	-	(96.959)	(96.959)
Resultado financeiro	-	-	-	-	9.321	9.321
Superávit do exercício	130.325	776	41.973	(13.667)	87.638	71.769

31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	HPP	CEVA	FPP	IPP	Não controlado	Total
Ativo	-	-	-	-	397.360	397.360
Passivo	-	-	-	-	397.360	397.360
Receita líquida	306.935	6.154	66.388	-	-	379.477
Custo dos serviços prestados	(239.652)	(5.681)	(26.444)	(13.148)	-	(284.925)
Superávit bruto	67.283	473	39.944	(13.148)	-	94.552
Despesas operacionais	-	-	-	-	(89.414)	(89.414)
Resultado financeiro	-	-	-	-	5.111	5.111
Superávit do exercício	67.283	473	39.944	(13.148)	84.303	10.249

Observação: os ativos, passivos, despesas operacionais e resultado financeiro da entidade não são controlados por segmento. Assim, não estão apresentados de forma segregada.

32. Eventos subsequentes

Parceria com a Associação Eunice Weaver do Paraná

Em fevereiro de 2026, esta Associação e a Associação Eunice Weaver do Paraná firmaram escritura pública de arrendamento de superfície do imóvel localizado na Rua Mercedes Seiler Rocha, n.º 79, matrícula 87.333 do 2.º Registro de Imóveis de Curitiba/PR.

Essa escritura, nos termos dos artigos 1369 a 1376 do Código Civil Brasileiro, concede o direito de usar a superfície do imóvel acima caracterizado, podendo, para tanto, construir edificações — inclusive no subsolo —; demolir edificações existentes; movimentar o solo; suprimir e plantar vegetação; instalar redes de eletricidade, gás encanado, água e esgoto. Tudo isso para implantar no local o complexo de saúde denominado Pequeno Príncipe Norte, com hospital, as sedes da Faculdades Pequeno Príncipe e do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe, centro cultural e jardim botânico.

A concessão tem prazo de validade de 99 anos, a contar da data da assinatura da escritura, e tem taxa inicial de R\$ 9.000.000 e parcela mensal de R\$ 350.000, corrigidos anualmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

O presente acordo pretende salvaguardar o direito de propriedade das edificações e benfeitorias que estão sendo realizadas no local pelo Complexo Pequeno Príncipe.

A partir de 2026, esta Associação passará a reconhecer no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, impactando a posição financeira do exercício de 2026, de acordo com o previsto na norma CPC 06 (R2) — arrendamentos, sem efeitos contábeis no balanço de 31 de dezembro de 2025.

Endowment

Em 11 de abril de 2025, foi criada a Organização Gestora do Fundo Patrimonial (OGFP) do Complexo Pequeno Príncipe, com o objetivo social de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, nacionais ou estrangeiras, ao fundo patrimonial do Complexo. Isso visando a contribuir para o desenvolvimento científico na área de saúde e para a prestação de serviços de saúde e de educação para a sociedade em geral, por meio de programas, projetos e outras ações.

A partir de 2026, será realizada por esta Associação a transferência da dotação inicial para constituição do patrimônio da OGFP, conforme previsão estatutária, sem efeitos contábeis no balanço de 31 de dezembro de 2025.

Ety da Conceição Gonçalves Forte
Presidente
CPF: 819.422.739-91

José Álvaro da Silva Carneiro
Secretário-geral
CPF: 010.153.039-00

Thiago Bochenek Dias
Contador CRCPR 065026/O
CPF: 059.178.519-64



COMPLEXO
pequeno PRÍNCIPE



HOSPITAL
pequeno PRÍNCIPE



FACULDADES
pequeno PRÍNCIPE



Pelé INSTITUTO DE PESQUISA
pequeno PRÍNCIPE



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

Complexo Pequeno Príncipe

Hospital Pequeno Príncipe / Hospital de Crianças César Pernetta / Faculdades Pequeno Príncipe / Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe
Rua Desembargador Motta, 1.070 . CEP 80.250-060 . Água Verde . Curitiba . PR

Curitiba: +55 41 2108.3874 . São Paulo: +55 11 2050.8850
relacionamento-ifpj@hpp.org.br . www.pequenoprincipe.org.br